

**Seminário ALMG – dia 14/07/2020 – 14:00h**

**APEMINAS**

PEC 55/2020 e no PLC 46/2020,

**Prezados DEPUTADOS E DEPUTADAS**

Primeiramente quero registrar minha satisfação de estar aqui. Esse seminário evidencia o cuidado que esse Parlamento está tendo com a questão previdenciária – matéria tão cara e sensível aos servidores públicos estaduais. Conseguiu-se, em meio a essa pandemia, a solução possível, que usando tecnologia, promoveu a distribuição alternada de comparecimento presencial e remoto, assegurar o debate e a participação popular, sem quebrar os critérios de isolamento social.

Atitudes como essa fortalecem a democracia.

Esse projeto, de iniciativa do executivo, chegou a esta casa sem qualquer consulta ou participação dos servidores destinatários desta reforma. E a assembleia, que é a casa do povo, afeta, portanto, ao diálogo e à participação popular, NÃO PODERIA NEGLIGENCIAR o debate.

Represento aqui os PROCURADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o FORUM MINEIRO DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO. Objetivamente, considerando o tempo da minha manifestação, vou me deter a dois pontos dessa reforma, embora a nossa discordância seja muito mais ampla.

A reforma da Previdência, segundo o governo de MINAS GERAIS, se funda em duas premissas:

Corrigir o déficit que o sistema previdenciário apresenta atualmente e fazer “justiça social” – O governo defende a tabela progressiva, dizendo fazer justiça social ao cobrar mais de quem ganha mais.

APEMINAS  
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ocorre que, caros deputados, a alíquota fixa em percentual (hoje 11%) já contém o princípio matemático da proporcionalidade. O que significa que aqueles que ganham mais já pagam mais

Por exemplo, 11% de 1000 reais são 110 reais

E 11% de 10.000 reais são 1.100 reais

Logo o proclamado objetivo de fazer justiça social com o escalonamento das alíquotas, com a vênia devida, não é um discurso que condiz com a realidade.

No entanto, caros Deputados e Deputadas, ninguém nega a necessidade de uma reforma previdenciária. A expectativa de vida aumentou, e isso desequilibra o sistema previdenciário, apesar de ser por um bom motivo \_ Estamos vivendo mais.

Também é matematicamente inegável a existência de um déficit. Mas a pergunta que se mostra imperiosa é a seguinte: qual a causa determinante do déficit apresentado?

Historicamente a previdência em Minas Gerais já foi superavitária, os fundos previdenciários já foram extintos, enfim, recursos previdenciários foram usados como se fossem caixa único do Estado, inúmeras vezes.

Outra certeza é a de que o servidor, nessa relação tributária, paga rigorosamente em dia suas contribuições – eis que o desconto é realizado na própria folha de pagamento. Com esse sistema, temos o seguinte resultado: o servidor SEMPRE paga o tributo. E é óbvio que diante de uma arrecadação perfeita – que não admite sonegação ou adiantamentos – a causa determinante desse déficit decorre, sabidamente, da má gestão desses recursos.

Sem maiores delongas, estou aqui para pedir a este parlamento que não aprovem uma reforma que penalize o servidor. Pra falar honestamente, e V. Exas sabem disso, o servidor não é o causador do déficit experimentado pela previdência.

Com relação à alíquota, a principal queixa é a de que essa reforma foi importada do legislativo federal ‘sem qualquer ressalva ou peculiaridade que afeta Minas Gerais’.

Em âmbito federal o escalonamento é de 7,5% a 22% - perfazendo a média de 14% Mas Minas, ao optar pelo escalonamento, não pôde copiar os percentuais federais, exatamente porque a remuneração do servidor estadual mineiro é significativamente menor do que a dos servidores federais. Assim, verificou o governo que se fossem copiadas as escalas federais, não se alcançaria a média arrecadatória pretendida. Então

APEMINAS

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Minas optou por alíquotas significativamente maiores que as eleitas em nível federal, e manteve a progressividade.

Resultado: ficamos com as maiores alíquotas de federação (enquanto a maioria dos estados fixou em 14%), se aprovado esse projeto, teremos alíquotas fluando entre 13% a 19%, marcados com uma tabela progressiva.

Quando analisamos, com razoabilidade, a questão da progressividade, verifica-se, com a vênua devida, que o argumento de justiça social é sofismático, falacioso. Porque como a progressividade trabalha com faixas de valores, com a passagem do tempo e com a simples recomposição inflacionária salarial faz o servidor progredir na tabela, fazendo com que mesmo aqueles servidores que recebem remuneração mais modestas, migrem para as faixas de alíquotas e passe da alíquota de 13, para 14, depois 15, 16 até que a totalidade ou a quase totalidade dos servidores, esteja lotado na tabela de 19%.

Isso acontece automaticamente. São gatilhos, automáticos, que dispensam a atuação do parlamento, exatamente porque garantem um aumento arrecadatário. É uma armadilha para o servidor, que, ao obter qualquer recomposição salarial, tem uma parcela maior do seu salário abocanhado pela contribuição de alíquota maior. A tabela progressiva vai corroendo seu salário, ao qual tende a ficar menor enquanto a sua contribuição previdenciária tende a ficar maior.

Esse processo se dá sem qualquer necessidade de edição de novas leis pelo parlamento. Trata-se de um cheque em branco dado ao Executivo com o aval do Legislativo, que permite o esvaziamento do seu poder legiferante.

Eu explico. O aumento de alíquota de contribuição previdenciária pressupõe edição de lei, contudo, adotado a progressividade da tabela, o Executivo consegue ter a sua arrecadação aumentada automaticamente, com a natural progressão dos seus servidores na tabela. Sem necessidade de recorrer ao Parlamento. O Executivo amplia sua zona de conforto em termos arrecadatários e o Legislativo fica fora do jogo democrático, neste quesito.

De fato, a progressividade viola o sistema de ‘control and balances’ tão essencial aos estados democráticos de direito, como o nosso, e compromete a desejada harmonia entre os poderes idealizada por Montesquieu.

Para comprovar esse meu raciocínio é só verificar o que aconteceu com o imposto de renda.

Em 2000, o servidor que ganhava remuneração equivalente a 11,9 salários mínimos se era tributado com a alíquota de 27,5%.

Hoje quem recebe equivalente a 4,4 salários mínimos já se enquadra no percentual de 27,5%.

A progressividade cria essa distorção – cumprindo a tendência, daqui a pouco, todo mundo já terá alcançado as alíquotas do topo da tabela também na contribuição previdenciária. A progressividade é a mesma do IR.

É uma solução inconstitucional, por violar o art. 150, IV, que consagra, no âmbito da Constituição Federal, o princípio do NÃO CONFISCO. O STF já afastou alíquotas confiscatórias – em casos análogos, onde se verificou a insuportabilidade da carga tributária – carga que atinge de forma tão voraz a renda ou o patrimônio do contribuinte que culmina por inviabilizar a regular satisfação das suas necessidades.

**Assim, com tais considerações, em nome dos PROCURADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, confio que V.Exas. vão levar isso em conta.**

Com relação à alíquota extraordinária, o problema se assevera.

Estamos, como bem sabem V. Exas., diante de um déficit previdenciário, a reforma é inevitável. Ninguém quer que haja um colapso no sistema previdenciário. Contudo, admitir essa contribuição extraordinária, sempre que houver déficit atuarial, é temeroso, pra dizer o mínimo.

A Deputada Celise Laviola, do MDB, sensível à essa questão, apresentou uma emenda supressiva que afasta essa contribuição extraordinária, e está encontrando apoio entre seus pares, por que não é razoável exigir do servidor público, além do aumento das contribuições previdenciárias ordinárias, já prevista na presente PEC – proposta de emenda à Constituição estadual, o pagamento de contribuições extraordinárias.

Só pra fazer coro ao entendimento que já encontra apoio nesta casa, insito, apenas para sensibilizar aqueles que ainda não se detiveram sobre o tema, que incorre em inconstitucionalidade a instituição de uma contribuição extraordinária sempre que houver déficit atuarial. Por isso, aqui desta tribuna, solicito aos senhores deputados nos apoiem nesse pleito de suprimir essa contribuição extraordinária.

APEMINAS  
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Estamos, nesta porfia, confiantes que o Legislativo não permitirá a aprovação dessa contribuição extraordinária, por todo o exposto e também para evitar a judicialização dessa questão. Acreditamos que será o Legislativo o poder competente para afastar essa contribuição extraordinária, manifestamente inconstitucional.

Em que pese o fato do meu tempo estar praticamente expirado, registro uma última consideração a respeito da aumento de idade mínima, estabelecida pela presente proposta de emenda à constituição. Vê-se, considerando a expectativa de vida do brasileiro, que hoje gira em torno de 76 anos de idade, que o marco fixado em 62 e 65 anos, tem o condão de impedir que os servidores usufruam da sua aposentadoria.

Essas idades estão em total desalinhamento e descompasso com a proporcionalidade estabelecida nos países desenvolvidos (aqueles que compõe a OCDE), causando uma profunda injustiça para a população brasileira.

Mas, a esse respeito, o que eu quero mesmo ressaltar é que a mulher foi novamente prejudicada, à medida em que houve uma majoração da idade mínima do homem em 05 anos e da mulher em 07 anos.

Não há justificativa plausível para impor tal restrição para as mulheres, senão uma visão incutida culturalmente de um tratamento machista, que reputa natural impor maiores sacrifícios à mulher, quando o homem é merecedor de regras mais protetivas e benéficas.

Nesse sentido, a APEMINAS – ASSOCIAÇÃO DE PROCURADORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o FOMCATE – FORUM MINEIRO DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO registram que encaminharam essas e outras discordâncias, sugestões de emendas modificativas e supressivas também por escrito, de forma a otimizar a nossa participação neste seminário.

Novamente, agradeço penhoradamente, a acolhida, o interesse e a oitiva desse Parlamento, e o faço nas pessoas do Deputado Cássio Soares e Deputada Celise Laviola (MDB). Muito obrigada.